



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS
Av. Viana Bandeira, 119, 1o andar – Centro - Santo Amaro – BA. CEP 44.200.000

Tel: (75) 3241-0751
www.ufrb.edu.br/cecult

**EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE**

No décimo primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às 09:00h, reuniu-se via Google Meet, o colegiado do curso. A reunião iniciou-se com a participação interativa da coordenadora pró tempore Profa Dra Paula Alice Baptista Borges e do membro Prof. Dr. Adriano Dantas de Oliveira. A pauta única foi a retificação do Projeto Pedagógico e do Regulamento do Curso, de acordo com o processo 23007.00010564/2022-14, no qual a PPGCI solicitou mais algumas correções. O formulário com as correções, o regulamento e o ementário seguem anexados a esta ata, para os devidos encaminhamentos. O Projeto Pedagógico e Regulamento do Curso, com as alterações indicadas, foi aprovado ad referendum e seguirá para aprovação em instância superior, o Conselho de Centro. Nada mais havendo a tratar, a coordenadora pro tempore encerrou a sessão.

Emitido em 2025

ATA RESULTADO DE SELEÇÃO Nº 1/2025 - CECULT (11.01.56)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/06/2025 13:11)

ADRIANO DANTAS DE OLIVEIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

2271291

(Assinado digitalmente em 17/06/2025 12:05)

PAULA ALICE BAPTISTA BORGES

COORDENADOR DE CURSO

1657596

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sistemas.ufrb.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo: **ATA RESULTADO DE SELEÇÃO**, data de emissão: **17/06/2025** e o código de verificação: **6373e1108b**

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EAD *LATO SENSU*

I. Identificação do Curso
Nome: Educação, Cultura e Diversidade, modalidade a distância
Centro(s) proponente(s): Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
Nome do coordenador: Paula Alice Baptista Borges
Titulação: Mestre [] Doutor [x] Identificação Única
Área Básica: Educação – 7.08.00.00-6
Período previsto para início do curso: ago. 2025 (semestre 2025.2)
Forma de Ingresso: (x) Anual () Semestral
Número de vagas: 200
Turno de Funcionamento: (x) Matutino (x) Vespertino (x) Noturno
Tempo de Integralização (Meses): Mínimo 18 Máximo 24
Regime de Matrícula: (x) Semestral () Anual
Carga horária total: 476h
Documentos exigidos para a apresentação da proposta.
<ul style="list-style-type: none"> • Ata do Conselho do Centro que aprovou a realização do Curso com a indicação do Coordenador e Coordenador Substituto. • Cópia do Convênio e termos aditivos entre a UFRB e a Instituição ou Fundação parceira (para propostas que envolvam parcerias institucionais). • Regimento do curso; • CV Lattes dos docentes; • Comprovação da maior titularidade.
Perfil desejado dos candidatos (necessidade de graduação em áreas afins ou não)
Egressos dos cursos de Licenciaturas (Pedagogia, História, Geografia, Biologia, Letras, Matemática, Química, Física, Filosofia, Educação Física, Ciências Sociais, Educação do Campo, Informática), Ciências Humanas (Ciências Sociais, História, Filosofia, Música, Artes), Ciências Sociais Aplicadas (Museologia, Serviço Social, Comunicação), Bacharelados Interdisciplinares e Licenciaturas Interdisciplinares.
Períodos de inscrição e seleção (critérios e requisitos para acesso e processo seletivo)
Inscrição
Período: será definido em conformidade com o calendário acadêmico da pós-graduação estabelecido pela Câmara de Pesquisa e Pós-graduação.
Para se candidatar ao processo seletivo o candidato deverá ter concluído o curso de graduação e apresentar o Certificado de Conclusão ou o Diploma, o currículo lattes e uma carta de intenção, em que o candidato se manifeste quanto às razões de seu interesse pelo curso.
O curso e os editais públicos dos processos seletivos vão seguir os normativos institucionais sobre reservas de vagas, conforme a resolução 33/2018 e resolução 02/2009.
Documentos exigidos para inscrição
Para inscrever-se no processo de seleção, o candidato deverá apresentar o diploma de graduação com o histórico escolar, o currículo Lattes atualizado e uma carta de intenções com no máximo 02 (duas) laudas, destacando sua

experiência acadêmica e/ou profissional na área de abrangência do curso ou áreas afins, os motivos de ordem profissional e intelectual que o levaram a candidatar-se e as possibilidades de aproveitamento do curso em sua atuação profissional, informando de que forma o curso poderá contribuir para o desenvolvimento das suas atividades.

Condições de matrícula

Para ser matriculado o candidato deverá ter sido aprovado na seleção pública do curso, aberta por meio de Edital. Apresentar os documentos exigidos pela SURRAC para efetivação da matrícula na UFRB.

II. Histórico de atuação em pesquisa e atividades acadêmicas do(s) Centro(s) envolvido(s)

Apesar de ser um Centro recente, criado em 2013, o pequeno histórico do Cecult elucida o forte comprometimento do seu corpo docente com a pesquisa. O primeiro grupo de professores tomou posse em junho de 2014 e, logo no segundo semestre daquele ano, foram realizadas inúmeras discussões com o objetivo de constituir os grupos e as linhas de pesquisa que norteariam a produção científica do Centro. Desde então, foram criados dez grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, que se somaram aos três grupos já existentes, liderados pelos docentes transferidos de outros centros que foram responsáveis pela implementação do Cecult.

A despeito da diversidade de temas e abordagens, todos os grupos de pesquisa vinculados ao Centro possuem um traço em comum: a perspectiva de estudo eminentemente interdisciplinar, mantendo assim a coerência com os preceitos epistemológicos e teórico-conceituais que sustentam o Projeto Político Pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, da Licenciatura Interdisciplinar em Artes e o próprio Cecult. Além do mais, vários grupos também desenvolvem projetos de extensão, o que elucida as diferentes frentes de atuação dos pesquisadores, bem como o comprometimento em fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Entendendo que a pesquisa deve ser uma atividade transversal à graduação e à pós-graduação, todos os grupos de pesquisa do Centro possuem alunos envolvidos com a Iniciação Científica, seja na condição de bolsistas, seja na condição de voluntários. Além disso, atualmente, o Cecult conta com 64 projetos de pesquisa cadastrados e desenvolvidos por professores.

Paralelamente à criação dos grupos, as discussões iniciadas em 2014 também geraram outros dois resultados. O primeiro reporta-se ao livro da coleção *Olhares interdisciplinares*, lançado em 2016 pela EDUFRB, que objetivou difundir a produção científica do corpo docente do Cecult. Nele, foram apresentados os princípios teórico-conceituais relacionados às diferentes Áreas de Conhecimento que formam o Centro. A maioria dos artigos foi redigida em duplas, por meio da parceria edificada por professores alocados numa mesma área ou em diferentes áreas.

O segundo diz respeito à constituição do grupo de trabalho responsável por elaborar o projeto do *Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias*, submetido à CAPES em 2017, e que se encontra em processo de avaliação. O programa será constituído por uma área de concentração e duas linhas de pesquisa, a saber: 1. Tecnologias, espacialidades e temporalidades; 2. Linguagens, politicidades e poéticas. Longe de se definirem pelos objetos fenomênicos a serem investigados, as linhas foram estruturadas considerando-se a formulação dos problemas e das hipóteses de pesquisa que nortearão os projetos do corpo docente e discente que, por sua vez, deverão abarcar o diálogo entre, no mínimo, duas abordagens, a serem definidas entre arte, tecnologia, linguagem, consumo, espaço e política. Em conformidade com essa perspectiva, as práticas interdisciplinares não são entendidas como um *a priori*, uma vez que deverão ser continuamente refeitas tendo em vista aquilo que se objetiva pesquisar e os intercâmbios a serem estabelecidos entre diferentes campos do saber.

Paralelamente à elaboração do projeto do futuro PPG, o referido grupo também foi o proponente e o responsável pela organização do *I Encontro Internacional de Cultura, Linguagens e Tecnologias do Recôncavo (I Enicecult)*,

realizado nos dias 22, 23 e 24 de março de 2017, que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb, mediante a aprovação do projeto no edital 002/2016 - Organização de Evento Científico Tecnológico. O evento teve o objetivo de oportunizar os subsídios teórico-conceituais para ampliar a discussão sobre a interdisciplinaridade.

Além da palestra de abertura, foram realizadas duas mesas temáticas, que contaram com a presença de pesquisadores brasileiros e latino-americanos. Os temas foram definidos com o intuito de contemplar as questões e os problemas relacionados a cada uma das duas linhas de pesquisa do futuro programa. Assim, a mesa intitulada "Diálogos interdisciplinares: o dever dos sistemas culturais" dialoga com a linha 1. Tecnologias, espacialidades e temporalidades, ao passo que a mesa "Diálogos interdisciplinares: linguagens da resistência" interage com a linha 2. Linguagens, politicidades e poéticas.

Ao todo, o Encontro recebeu 315 (trezentas e quinze) submissões de trabalho, divididas entre 09 (nove) Grupos de Trabalho (GTs) e a Sessão de pôsteres para alunos de graduação. Tal quantidade de submissões, oriundas de todas as regiões do país, mas cuja maioria foi proveniente do estado da Bahia, ofereceu um importante indicativo sobre a demanda existente de pesquisadores que intentam inserir-se nos estudos sobre as dimensões culturais por meio da perspectiva interdisciplinar.

Em decorrência do *I Enicecult*, foi organizado um livro que também contou com financiamento da Fapesb, e que será lançado em 2018 pela EDUFBA. A obra apresentará os textos referentes às palestras proferidas durante o evento, a síntese das discussões realizadas e uma coletânea de artigos de autoria do grupo proponente do PPGIC. Com isso, objetiva-se elucidar a estreita relação existente entre o caráter interdisciplinar do Encontro e as pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente do futuro programa.

Com o intuito de consolidar os intercâmbios entre os projetos e grupos de pesquisa de discentes e docentes do Centro, todos os anos, são realizados encontros internos de pesquisa. Assim, em 2015, foi realizado o *I Encontro Interno de Pesquisa Docente*, ocasião em que todos os docentes tiveram a oportunidade de compartilhar seus projetos de pesquisa e discutir possíveis parcerias entre os grupos. Em 2016, ocorreu o *I Encontro Interno de Pesquisa do Cecult*, que contou com mesas temáticas propostas pelas diferentes áreas de conhecimento constitutivas do Cecult e com duas sessões de apresentação de trabalhos de Iniciação Científica (IC). Numa parceria entre as gestões de pesquisa e extensão do Cecult e, tendo em vista o estreito vínculo entre as atividades de pesquisa e extensão realizadas no Centro, em 2018, ocorreu a *Semana de Pesquisa e Extensão* do Cecult que, além das mesas temáticas e sessões de IC, também contou com a mostra das diferentes atividades de extensão desenvolvidas por alunos e professores.

Por meio das atividades aqui relatadas, nota-se o esforço do corpo docente do Cecult para construir uma política de pesquisa calcada essencialmente na interdisciplinaridade, de modo a envolver todos os seus atores no propósito de edificar um conhecimento alicerçado pelo diálogo incessante entre diferentes campos do conhecimento, sem desconsiderar o ambiente sociocultural mais amplo.

Adicionalmente, no tocante à modalidade da educação a distância (EaD) deve-se considerar que, na contemporaneidade, esta surge como uma modalidade educacional que atende de forma satisfatória às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças provocadas pelo fenômeno da globalização. A modernidade é inerentemente globalizante (GIDDENS, 1991, p. 69), proporcionando um fenômeno da transformação do espaço-tempo e das mudanças sociais ocorridas em ritmo acelerado, observadas nas transformações influenciadas pelo avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação, intensificando as relações sociais em escala mundial, gerando mudanças em todos os níveis da sociedade e, no caso específico da educação, provocando sua reestruturação a partir da interconexão global.

Neste sentido, diante da possibilidade de ofertar a Educação a Distância para todos os níveis e modalidades de

ensino no Brasil, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) n. 9.394 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, posteriormente revogado pelo Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que definiu o que se entende por educação a distância no Brasil, isto é, uma “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos”. Ademais, este decreto possibilitou que instituições de ensino superior, credenciadas para a educação a distância, ofertassem cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância, sendo isso regulamentado pela Resolução CNE/CES n. 01 de 6 de abril de 2018, ao estabelecer diretrizes e normas para a oferta dos cursos de cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

Conquanto, o Ministério da Educação (MEC) através da Secretaria de Educação a Distância (SEED), em parceria com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, com foco nas Políticas e na Gestão da Educação Superior, instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado por meio do Decreto n. 5.800 de 08 de junho de 2006.

A UFRB foi credenciada para o ensino a distância por meio da Portaria do Ministério da Educação n. 865, de 12 de setembro de 2013, iniciando com a oferta do curso de Licenciatura em Matemática EaD, pelo Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC). Adicionalmente, a UFRB implantou a partir de 2016 a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância, a saber, Especialização de Gestão em Saúde, pelo Centro de Ciências da Saúde (CCS); Especialização em Mineração e Meio Ambiente, pelo Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAB) e a Especialização em Tecnologias e Educação Aberta e Digital, iniciada em 2018, pelo Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) e ofertada em convênio com a Universidade Aberta de Portugal (UAb Portugal).

É neste contexto de crescente institucionalização da educação a distância na UFRB e ampliação do alcance da pós-graduação que está inserido o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, modalidade a distância. Reconhece-se a necessidade de se expandir as possibilidades de oferecimento desta proposta inovadora para além do território em que surgiu, sendo que as ferramentas das tecnologias digitais de informação e comunicação utilizadas no ensino a distância mostram-se propícias para tanto. A expectativa não é de apenas levar as propostas de formação aqui engendradas e desenvolvidas para outros territórios e localidades, mas também propiciar o intercâmbio educativo com a cultura e diversidade das localidades dos Polos de EaD em que o curso for ofertado, apresentando-se como uma potente viés de possibilidade formativa e transformação social.

III. Objetivos

O curso de especialização em Educação, Cultura e Diversidade, modalidade a distância, tem como objetivo geral estabelecer um espaço de formação para profissionais da educação considerando a cultura e a diversidade inerentes à formação histórica e social brasileiras como elemento fundamental nas práticas relacionadas à educação.

Desse modo, a partir da premissa de que a educação, como fenômeno humano, em seus mais diversos âmbitos, possui em sua constituição a diversidade no que tange a aspectos de etnia, de cultura, de religião, de gênero, de ideologia etc, buscar-se-á discutir e refletir de que forma esses aspectos estão presentes, ausentes e, até mesmo, apagados ou suprimidos na práxis educativa contemporânea. Essa perspectiva de abordagem à diversidade na educação considerará ainda como os fatores citados se conformam e se consolidam histórica e atualmente em âmbito institucional, legal, das políticas públicas, do currículo, dos conteúdos das disciplinas, da escolha das disciplinas que compõem o currículo, da escolha de autores e textos de uma determinada matriz discursiva ou não entre outros aspectos relacionados.

Dessa perspectiva de abordagem, emergem problemáticas que devem ser levadas em conta no fazer educação. O curso em referência, nesse sentido, irá trazer para um espaço de formação pedagógica essas questões como algo a ser compreendido a fim de que os atores envolvidos na educação (docentes, agentes escolares, secretários, gestores, coordenadores etc.) possam em sua práxis educativa e social perceber a educação como lugar da diversidade por sua própria essência, tendo em vista ser um fenômeno humano e social. Ressalte-se ainda a necessidade de se compreender a educação também como lugar de uma hegemonia imposta histórica, cultural e socialmente por fatores econômicos, políticos e sobretudo pelas relações de poder que emanam desses fatores.

Discutir tais aspectos presentes na educação no século XXI mostra-se urgente, haja vista a educação como prática de manutenção e de estruturação das relações de poder citadas, de hegemonia de alguns grupos e exclusão de outros, de perpetuação de ideologias e de lugar de tensões em variados âmbitos. Citemos, como exemplo disso, o acalorado debate sobre “escola sem partido”, a suposta “ideologia de gênero” que deve ou não ser “ensinada”, a lei 11645/08 que inclui no currículo a obrigatoriedade da temática da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Estes são exemplos de tensões de determinadas hegemonias, determinadas minorias e determinados grupos minorizados.

Buscar-se-á, dessa forma, compreender a educação como o lugar da diversidade por excelência e de que forma esse lugar tem sido constituído desconsiderando-se essa diversidade e, sobretudo, quais são os fatores determinantes para essa constituição. Assim, o curso propõe, em uma formação continuada aos profissionais da educação, uma perspectiva pedagógica, administrativa e legal que assimile a educação como um fenômeno diverso e plural a fim de que esses atores contribuam para uma educação que respeite e valorize a diversidade historicamente presente na educação, mas nem sempre considerada como realidade ou como oportunidade de se legitimar o fazer pedagógico.

IV. Metodologia de ensino

O modelo pedagógico do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Educação, Cultura e Diversidade, modalidade a distância, contempla uma estratégia didática em consonância com o modelo pedagógico digital UFRB, cujo fundamento se assenta em cinco pilares, isto é, 1) aprendizagem de natureza humanista, centrada no desenvolvimento de competências e promotora de multiletramentos; 2) aprendizagem construtivista, colaborativa e investigativa; sendo alicerçada em comunidades virtuais e no 3) princípio da flexibilidade, 4) princípio da interação, e 5) princípio da inclusão digital (CARDOSO et al, 2018).

A metodologia desta proposta depende fundamentalmente de um sistema em que sua organização, necessita de parcerias com órgãos oficiais externos a UFRB, de um processo de gestão administrativo e dos diferentes recursos humanos inerentes ao projeto, considerando a atuação da educação a distância em harmonia com a educação de forma presencial preocupada pela democratização, acesso e permanência ao saber escolarizado.

Assim, a metodologia atenderá as relações geradas pela tipologia do sistema descrito na Figura 1, adequadas à proposta metodológica para cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância, sugeridas pela Superintendência de Educação Aberta e a Distância (SEAD), da UFRB. Ademais, a realização do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, na modalidade a distância, em geral, está baseada no sistema de parcerias entre os municípios e o estado, responsáveis pela manutenção do Polos de EaD, vinculados ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), no qual deverão possuir instalados equipamentos que permitam a realização das aulas a distância e momentos presenciais, com as ferramentas oportunizadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), tais como: computador, impressora, televisão, projetor multimídia (Datashow), biblioteca etc.

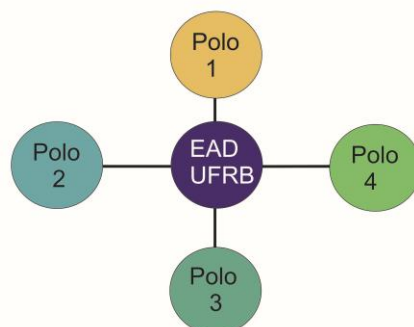


Figura 1: Polos de EAD

A abordagem metodológica EaD adotada, embora não seja necessária a presença física concomitante do aluno e do professor, está baseada na presencialidade, isto é, presenças recuperadas por meio das linguagens orais e escritas que humanizam as propostas curriculares e criam um clima de aprendizagem, conhecimento e comunicação entre os participante do curso, conforme salienta Kenski (2002). Nesta perspectiva, tornam-se imprescindíveis as presenças *online* que fundamentam o ato educacional na EaD, isto é, presença de ensino, social e cognitiva, descritas por Garrison, Anderson e Archer (2010). A presencialidade da equipe polidocente possibilitará a minimização daquilo que Moore (2002) conceitua como distanciamento transacional, isto é, o distanciamento comunicacional e psíquico que amiúde se instaura nos AVA e resulta em um prejudicial isolamento pedagógico do estudante.

Assim, poderão ser desenvolvidas aulas em *videostreaming*, webconferência ou outra forma de transmissão, (gravadas ou ao vivo), a critério da coordenação do curso e das disponibilidades tecnológicas, devendo ocorrer o monitoramento remoto por assistentes, através do uso da plataforma de aprendizagem nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, favorecendo a aquisição de autonomia gradativa dos estudantes no processo de construção do conhecimento; além dos Chats e fóruns de discussão na Internet orientados para a revisão dos conteúdos e para a investigação, permitindo a interatividade entre estudante-docente e estudante-estudante, proporcionando a instauração paulatina de uma comunidade de investigação *online*.

A seguir, apresentamos os atores responsáveis pelo desenvolvimento do curso e que compõem a equipe polidocente.

Coordenador de curso:

Articulador do processo formativo, as gestões: acadêmicas, administrativas e da catalisação da identidade do curso direcionado a gerenciar a elaboração do planejamento de todas as ações didáticas que envolvem professores conteudista, professores formadores, tutores a distância e tutores presenciais e de todas as pessoas e atividades envolvidas no desenvolvimento dos trabalhos do curso.

Professor conteudista:

Docente responsável por planejar, elaborar e revisar o material do componente curricular sob sua responsabilidade, adequando-o à estrutura recomendada pela SEAD/UFRB.

Professores formador:

Trata-se do professor responsável pela coordenação das atividades acadêmico-pedagógicas de seu respectivo componente curricular e orientação dos tutores em suas atividades didáticas. Sempre que possível, recomenda-se que o professor conteudista atue concomitantemente como formador.

Professor tutor:

Docente capacitado no auxílio do processo de ensino e aprendizagem como tutor virtual (no AVA), utilizando os recursos tecnológicos disponibilizados para cada conteúdo, em consonância com as orientações pedagógicas oriundas do professor formador.

Corpo Técnico Administrativo

Servidor técnico-administrativo cedido pelo Cecult para apoiar o curso.

As atividades didático e pedagógicas serão realizadas a distância e presencialmente nos Polos de EaD, atendendo, assim, as determinações da legislação que norteiam a modalidade a distância, desenvolvendo-se a partir de uma estrutura curricular proposta no curso. Detalhamos tais atividades a seguir.

Atividades presenciais

São previstos a realização de 3 (três) encontros presenciais nos Polos de EAD no transcorrer da integralização da matriz curricular do curso, ao término de cada semestre letivo e contemplando o desenvolvimento de atividades interdisciplinares previamente planejadas, relacionadas com os conteúdos dos componentes curriculares do respectivo semestre. Adicionalmente, o 4º e último encontro presencial ocorrerá por ocasião da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Atividades a distância

Nas atividades *online* deverão ser implementadas metodologias ativas que possibilitem a ampla participação e reflexão dos estudantes, em contraposição à ideia metafórica da tradicional educação bancária severamente criticada por Paulo Freire. Assim, a estratégia de ensino contará com diferentes técnicas de ensino, tais como, aulas expositivas dialogadas (gravadas ou transmitidas por webconferência); discussão de estudos de casos nos fóruns *online*; apresentação de trabalhos individuais e em grupo, além de debates e seminários entre outras possibilidades didáticas inovadoras.

As atividades *online* realizadas no AVA e em outros cenários de aprendizagem, deverão utilizar ferramentas síncronas (em tempo real entre estudantes e professores) e assíncronas (conforme a disponibilidade dos participantes) oportunizadas pelas TDIC, possibilitando paulatinamente o desenvolvimento das comunidades de investigação, além das competências e objetivos preconizados para o componente curricular. Todavia, deve-se atentar para que seja minimizado o distanciamento transacional (comunicacional e psíquico) que amiúde se instaura nos ambientes virtuais, cabendo ao docente e equipe tutorial promover continuamente a interação, atuando como e-moderadores.

Assim, como norteameto metodológico de ensino para as atividades *online*, compete ao docente promover continuamente a interação entre os participantes, valendo-se das potencialidades das TDIC disponibilizadas no AVA ou no ciberespaço, tais como webconferência, chat *online*, além de atividades assíncronas como fóruns de discussões, Wiki, tarefas (elaboração de textos, portfólios digitais), videoaulas, gamificação, questionário (com questões abertas e fechadas), leitura de referências bibliográficas entre outras possibilidades que o ciberespaço educativo proporciona.

Todas as atividades formativas desenvolvidas deverão contar com um plano de aprendizagem, apresentando em pormenores informações tais como, os prazos, objetivos e detalhamento da atividade; permitindo ao estudante ter uma visão clara do que lhe é solicitado, visando compatibilizá-las com a sua agenda profissional e pessoal.

Cabe ao docente a responsabilidade pela programação do componente curricular, selecionando recursos e ferramentas, estratégias de ensino, gestão das atividades *online* e a divulgação das orientações e critérios avaliativos relativos às atividades de aprendizagem. Espera-se que o docente seja criativo ao planejar as atividades de aprendizagem dos componentes curriculares, mantendo uma postura de permanente reflexão e investigação sobre

sua prática, sendo também rigoroso e solidário às dificuldades e necessidades dos estudantes.

O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, modalidade a distância, contará com um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), cuja estrutura possibilite que o estudante tenha acesso a dois níveis do ambiente de aprendizagem, a saber:

a) Ambiente do curso

Neste espaço do AVA serão disponibilizadas informações gerais sobre o curso, tais como o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), calendário geral (cronograma dos componentes, recessos, orientações gerais). Trata-se de um espaço de interação coletiva do curso e deverá conter ferramentas para conversar com o coordenador e com secretaria do curso para dirimir dúvidas (fórum geral), além de material de produção coletiva, tais como Glossários, Fórum de socialização entre os estudantes etc.

b) Ambiente do componente curricular

Neste espaço deverá ser disponibilizado todo o material para acesso dos alunos matriculados no componente curricular, contemplando-se um design educacional responsivo e didático. Deverá conter espaços para orientações gerais do componente (cronogramas, plano de ensino, material didático etc), além de espaços para as e-atividades subdivididas em períodos (semanal, quinzenal, mensal etc), contemplando-se os fóruns de discussão temática e fóruns de dúvidas, chat online, aula interativa ao vivo (webconferência), aulas gravadas, postagem de tarefas (textos diversos, portfólio digital etc), glossário e wiki entre outras possibilidades.

Nota sobre o material audiovisual

A estratégia pedagógica da educação a distância UFRB preconiza que sejam elaborados materiais didáticos em mídia audiovisual para apoio às atividades pedagógicas (videoaulas e outros materiais de apoio à EaD). A proposta para os materiais audiovisuais consistem em videoaulas gravadas no estúdio da SEAD, referente aos componentes do curso, além de vídeos curtos com apresentação da UFRB, do CECULT, do curso e de cada componente curricular, atendendo à seguinte formatação:

- a) Vídeo de boas-vindas da Reitoria; Pró-reitoria de Pós-graduação Criação e Inovação; Direção do CECULT e Coordenação do curso;
- b) Vídeo com apresentação do curso pela coordenação, a fim de que o aluno tenha acesso a uma rápida apresentação geral do curso em que está ingressando, dos componentes da matriz curricular que irá cursar, dos seus professores, além de outros detalhes que o colegiado do curso considerar pertinentes;
- c) Vídeo de apresentação do componente curricular em que cada professor apresenta os objetivos do componente, o que se espera do estudante, enfatizando a importância do componente para a formação profissional do estudante e sensibilizando os alunos para as estratégias de estudos pela modalidade de EaD;
- d) Videoaulas temáticas: considerando a importância do material didático-pedagógico audiovisual, cada professor participante deve elaborar videoaulas sobre os temas principais de seu componente. A quantidade de videoaulas poderá variar de um componente para outro; todavia, recomenda-se no mínimo 2 (duas) videoaulas gravadas para cada crédito de 17h do curso. Para respeitar questões técnico-pedagógicas, as videoaulas seguirão os seguintes parâmetros:
 - Tempo aproximado de 15 minutos por videoaula (entre 10 a 15 minutos);
 - professor deve preparar uma apresentação multimídia (PowerPoint ou equivalente) e um *script* com sua fala para a gravação com o Teleprompter. A equipe técnica de audiovisual SEAD/UFRB fará a edição da videoaula, mesclando a fala do professor com a apresentação fornecida.

Ademais, visando a minimização do distanciamento transacional e a potencialização das interações é recomendado que o docente de cada componente curricular planeje, no seu Plano de Ensino, a realização de no mínimo 1 (uma) webconferência síncrona a cada crédito de 17h do curso, valendo-se dos recursos disponíveis no AVA ou em outras plataformas *online* de acesso livre. Deve-se atentar para que as webconferências sejam gravadas e seus respectivos

vídeos disponibilizados no AVA, especialmente em benefício daqueles estudantes que porventura não tenham possibilidade de participar do momento síncrono.

V. Justificativa (fundamentação para a oferta do curso)

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em “Educação, Cultura e Diversidade”, modalidade a distância, será oferecido no âmbito do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas- CECULT da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, um contexto territorial configurado por uma composição histórica, social e cultural marcada pela diversidade, especialmente, das perspectivas étnico-raciais e culturais.

O Recôncavo da Bahia, e a própria Bahia, mesmo antes dos processos de colonização do Brasil, eram ocupados por diferentes grupos étnicos indígenas, e com os desdobramentos desta colonização, representantes de outros grupos étnicos e de outras culturas, vindos de diversas localidades africanas e européias, reconfiguraram tal composição. Destes processos da formação de um Brasil multicultural e heterogêneo (SILVÉRIO, 2005), em todas as suas singularidades negativas e positivas, que tem o Recôncavo como um contexto fundante, resultam hoje diversas pautas pró-equidade e pró-diversidade no campo educacional.

Compreendendo as especificidades étnico-raciais, socioculturais e históricas pontuadas acima sobre a formação do povo brasileiro, mas, também, entendendo a educação como condição humana, nas suas variadas dimensões, ou seja, de uma perspectiva mais ampla e fulcral, as reivindicações por respeito e acolhimento à diferença, à diversidade são demandas pujantes da educação baiana e brasileira, assim como são demandas fundantes da educação do Recôncavo e para o Recôncavo.

Em contextos multiculturais, como é o caso deste território, para o qual a pós-graduação em questão está sendo proposta, a educação, a formação só podem ser entendidas como qualificadas, se estas forem contextualizadas, singularizadas, entendendo a condição humana diversa daquele que aprende. A formação, como fenômeno resultante da aprendizagem, só é formativa se for referenciada na cultura, se for indexicalizada, para oferecer possibilidades reais emancipacionistas e de autoria. (MACEDO; MACEDO DE SÁ, 2015). Assim, a condição multiculturalista da formação invoca uma atitude clara por parte dos educadores e das educadoras.

Estes/as devem assumir uma postura ativa e posicionarem-se contra toda forma de opressão e discriminação a grupos que em nossa cultura, não são minorias reais, antes, são grupos minorizados. O debate multicultural no Recôncavo da Bahia, no Brasil e mesmo na América Latina coloca os seus atores sociais, inescapavelmente, diante das suas próprias histórias, ou seja, frente à pergunta sobre como estes contextos e nações constituíram-se, o que foi negado e silenciado nos violentos processos da colonização, e o que foi afirmado, valorizado e integrado como cultura hegemônica nestes territórios (CANDAU, 2008).

Este projeto de reconhecimento de uma condição multicultural nacional exige dos profissionais do campo da educação e de todos os membros desta nação, mais que uma simples celebração das diferenças, baseada num discurso de tolerância para com a diversidade e a diferença (SILVA, 2014). Exige a compreensão dos processos históricos e socioculturais que produziram não apenas as identidades, como as desigualdades entre esses grupos identitários minorizados através de discursos, práticas e tecnologias sociais.

O curso de especialização em “Educação, Cultura e Diversidade”, modalidade a distância, pretende ir além da simples celebração das diferenças, ciente de que isto não é suficiente para a construção da equidade no campo da educação. Propõe-se a abrir um espaço para pensar a diferença e a desigualdade mais como um processo produtor de realidades/identidades que como resultado.

Faz-se necessário recusar argumentações essencialistas e naturalizadas acerca das identidades, visto que estas devem ser entendidas como construídas socioculturalmente, como “processualidades” (HALL, 1999), através de um

conjunto de sistemas de representação (de gênero, raça/etnia, idade/geração etc.) que articulados, posicionam os sujeitos não apenas diferentemente como desigualmente. O campo da educação não pode eximir-se desta discussão, especialmente na atualidade, quando a política brasileira passa por um período de grave crise.

As identidades, tal como as diferenças, que em geral são atribuídas ao outro, se configuram em relações socioculturais e históricas complexas, o que significa dizer que sua constituição está diretamente relacionada a vetores de força, a relações de poder, elas são disputadas, inclusive no campo educacional (SILVA, 2014). “Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação” (SILVA, 2014, p. 91), e que pretendem justificar, muitas vezes usando o discurso determinista biológico e/ou o meritocrático, as desigualdades que foram histórica e socialmente produzidas.

Entendendo a diversidade como condição humana, e, também, como um direito, um elemento indispensável para a realização plena dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a formação contemplada a inserção dos educadores e educadoras nessa complexa discussão emergente. Uma discussão que implica refletir sobre aquelas políticas públicas que significam avanços, inflexões importantes no debate e na efetivação de ações que contribuem para a inclusão, para a diversidade e para a equidade na educação, e para aquelas que podem significar retrocessos no que tange à garantia dos direitos fundamentais dos grupos minorizados, e que devem ser questionadas.

Com tais compreensões sobre as pautas referentes à diversidade, à cultura, à educação referenciada, e, especialmente, com as reivindicações locais da comunidade educacional, com a presença do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas- CECULT, em Santo Amaro, ou seja, com a presença da UFRB, não havendo outras especializações do gênero neste Território, se faz legítima e necessária a presença de uma Pós-graduação *Lato Sensu* sobre “Educação, Cultura e Diversidade”, modalidade a distância, especialmente pelo contexto político atual, em que ataques sistemáticos têm desarticulado avanços importantes pró-diversidade no campo educacional. Neste sentido, este curso configura-se em um símbolo de resistência e representa, também, a continuidade da expansão educacional qualificada, que vem sendo promovida pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB no interior da Bahia.

VI. Organização e funcionamento acadêmico e administrativo do curso (especificação, quando for o caso, das formas de Residência, no concernente à sua estrutura e funcionamento)

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, modalidade a distância, será organizado e regido pelas normas da Pós-graduação *Lato Sensu* da UFRB, em especial a Resolução 14/2021 e terá cunho acadêmico com caráter a distância, via plataforma Moodle. No curso, as disciplinas serão oferecidas em caráter modular e haverá um encontro presencial nos Polos de EaD, ao término de cada semestre letivo. O Polos Ead pretendidos são os Polos Amargosa, Ilhéus, Serrinha, Simões Filho e Santo Amaro.

A integralização da carga horária do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, modalidade a distância, se dará em 476h de integralização curricular correspondentes a disciplinas obrigatórias que possuem como objetivo comum proporcionar a formação do discente no tocante à diversidade cultural.

O discente cumprirá todas as disciplinas listadas nos primeiro, segundo e terceiro semestres. No quarto semestre o aluno se matriculará no componente “Trabalho de Conclusão de Curso”, com carga horária de 51h com a finalidade de elaborar seu Trabalho de Conclusão de Curso. Apesar da disciplina estar sob a responsabilidade de um docente do curso, nesta fase cada aluno irá elaborar seu TCC sob a supervisão de seu orientador, cabendo ao docente da disciplina organizar a socialização das diversas pesquisas realizadas no período do curso. Contudo, a escrita do TCC iniciar-se-á logo após a conclusão das disciplinas Leitura e Produção Textual e Métodos e Abordagens de Pesquisa em Educação, a serem realizadas no 1º semestre de entrada no curso.

Para concluir o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, modalidade a distância, o discente deverá integralizar 476h em disciplinas obrigatórias, além de apresentar com êxito, um TCC, o qual pode ser no formato de monografia, artigo ou projeto de intervenção.

VII. Formas para proporcionar a Interdisciplinaridade do desenvolvimento do curso (práticas educativas, proposta curricular, atividades de pesquisas etc.)

Desenvolver um projeto interdisciplinar significa quebrar com a unilateralidade do conhecimento. Segundo Ivani Fazenda “a exigência interdisciplinar que a educação indica reveste-se, sobretudo de aspectos pluridisciplinares e transdisciplinares que permitirão novas formas de cooperação, principalmente o caminho nos sentido de uma policompetência.” (1998, p. 12) Pensamos na totalidade, na organicidade, em processos integrados e articulados, na unicidade de áreas aparentemente diversas, em áreas que dialoguem entre si e que tenham interesses convergentes.

É importante e necessário neste cenário pensar em diversos esquemas teórico-didáticos que propiciarão a construção de diferentes estruturas do saber, reconhecendo que é somente a partir de uma prática pedagógica interdisciplinar que se pode conceber o processo de ensino e aprendizagem num *continuum*. Precisamos antes de tudo, construir e nos apropriar do conceito de interdisciplinaridade.

O primeiro passo para a aquisição conceitual interdisciplinar seria o abandono das posições acadêmicas prepotentes, unidirecionais e não rigorosas que fatalmente são restritivas, primitivas e “tacanhas”, impeditivas de aberturas novas, camisas-de-força que acabam por restringir alguns olhares, tachando-os de menores. Necessitamos, para isso, exercitar nossa vontade para um olhar mais comprometido e atento às práticas pedagógicas rotineiras pretensiosas e arrogantes em que a educação se exerce com competência (FAZENDA, 1998, p. 13).

Nesta perspectiva, o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* irá aliar prática e teoria, (re)construindo as relações entre o conhecimento e a prática humana, entre o conhecimento pedagógico e a prática educacional a partir das disciplinas as quais não se fecham em si mesmas, mas dialogam com diversas áreas de conhecimento, conforme a nomenclatura e as ementas apresentadas. São, neste sentido, consideradas importantes como caminhos para romper com

arcaísmos e construir novas concepções e estruturas do saber, considerando as vivências e conhecimentos práticos dos discentes, os quais possuem as mais diversas formações e irão compartilhar componentes curriculares com o objetivo de troca de olhares e experiências, e os discentes, oriundos das mais diversas graduações e atuações profissionais.

VIII. Atividades Complementares

Apesar de não constar como créditos ou carga horária, é desejável que o discente participe de congressos, seminários e palestras e outras atividades desenvolvidas pelo Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, modalidade a distância, ou outros ofertados pela comunidade acadêmica, seja da UFRB ou de outras instituições de ensino superior.

IX. Critérios de Avaliação: aproveitamento e frequência

Neste curso a avaliação das aprendizagens é concebida como parte do ato pedagógico, ou seja, em uma indissociável e dinâmica aliança entre o planejamento de ensino, sua execução e a avaliação que retroalimenta o processo de ensino e aprendizagem, sendo incompatíveis com as abordagens autoritárias e excludentes da pedagogia tradicional. Assim, os critérios para avaliação das aprendizagens estão embasados na sua perspectiva processual, visando a adoção de estratégias que permitam reforçar as aprendizagens, bem como o desenvolvimento das competências e objetivos propostos.

Nesta perspectiva processual, as avaliações das aprendizagens no transcorrer do curso se fundamentará nas funções diagnóstica, formativa e somativa, sendo divididas em 2 (duas) etapas: a primeira realizada no transcorrer de cada componente curricular, com a utilização de diversos instrumentos de coleta de dados para o processo avaliativo, contemplando-se desde a elaboração de textos diversos, apresentação de trabalhos e seminários, realização de provas, entre outras possibilidades, decorrentes das e-atividades realizadas no AVA. A segunda etapa do processo avaliativo consiste na avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em conformidade com as especificidades do gênero acadêmico apresentado.

Para lograr aprovação em cada componente curricular, o discente deverá obter a pontuação mínima 5,0 (cinco) para aprovação. A não aprovação em um determinado componente não implica na descontinuidade do curso, pois o discente reprovado em um determinado componente curricular poderá refazê-lo quando este for novamente ofertado.

Entretanto, apenas poderá obter o título de especialista o discente que consiga aprovação em todos os componentes curriculares, considerando-se o prazo máximo de integralização do curso e alcançando ao final média ponderada mínima de 6,0 (sete) pontos no *score* do curso.

A segunda etapa da avaliação consiste na elaboração e apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme definido no item X.

X. Trabalho de Conclusão de Curso

Haverá três modalidades de Trabalho de Conclusão de Curso. O aluno poderá optar pela realização de uma monografia, um artigo científico ou um projeto de intervenção junto à instituições de educação escolares e não escolares. Todas deverão ser realizadas individualmente.

A monografia e o artigo deverão ser elaborados a partir de uma problemática de pesquisa e um conjunto de referenciais teóricos. O artigo possuirá a extensão mínima de 35 mil e máxima de 45 mil caracteres, incluindo resumo, referências e notas de rodapé. A monografia terá extensão mínima de 30 páginas, incluindo resumo,

referências e notas de rodapé. Tanto o artigo, quanto a monografia deverão conter: introdução, em que será apresentada a contextualização do problema de pesquisa, os objetivos e a importância da pesquisa; os métodos, tipos de pesquisa e instrumentos de coleta de dados; referencial teórico; apresentação e análise dos dados; considerações finais.

O projeto de intervenção junto às instituições de educação escolares ou não escolares prevê a realização de um projeto de intervenção o qual necessariamente deverá resultar na elaboração de um produto final. Esse projeto será acompanhado de um memorial. O memorial deverá conter: introdução, em que serão apresentadas as ações que levaram o estudante a propor o projeto de intervenção, a problemática encontrada que o motivou para a elaboração do projeto de intervenção, os objetivos e a importância do projeto de intervenção proposto; a descrição e a reflexão sobre o trabalho desenvolvido, apresentação dos dados coletados e reflexão sobre eles a partir de um referencial teórico; considerações finais.

Em conformidade com a Resolução 14/2021, para cada discente haverá 1(um) orientador e, no máximo, até 2 (dois) coorientadores. A designação do orientador será de responsabilidade do colegiado de curso, ao passo que a definição dos orientadores, caso existam, cabe ao orientador.

A definição da modalidade de TCC a ser desenvolvida ficará a cargo do discente em comum acordo com seu orientador, que deverá fazê-la ao final da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação.

O TCC poderá ser apresentado ao final do terceiro semestre do curso, ou no final do quarto semestre de curso, em conformidade com o calendário a ser desenvolvido pelo colegiado do curso.

XI. Certificação: requisitos e responsabilidades

Para que o discente possa requerer seu certificado de conclusão de curso *lato sensu*, é necessário:

- 1 – Ter concluído todas as disciplinas obrigatórias do curso;
- 2 – Ter alcançado média ponderada de 6,0 ao final do curso;
- 3 – Ter defendido e ter sido aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Cabe ao colegiado enviar à SURRAC a lista de concluintes do curso em até 30 dias após a finalização do curso e em até 60 dias após a entrega da documentação no colegiado por parte dos discentes da Avaliação Curricular/ Confeção de Diploma à SURRAC.

XII. Estrutura curricular, com a relação das disciplinas, seu caráter obrigatório ou opcional, carga horária, creditação, docente responsável, ementa e conteúdo programático aprovados pelas instâncias deliberativas dos Centros ou órgãos equivalentes da UFRB envolvidos, metodologia de ensino e critérios de avaliação, bibliografia básica/fontes de pesquisa.

Quadro resumo da estrutura curricular (crédito e carga horária por Componente Curricular)

Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária (Horas)
Obrigatórios	25	425
Trabalho de Conclusão de Curso	3	51
Total	28	476

	Componente Curricular	Crédito	Carga horária por semana	Carga Horária Total da Disciplina	Natureza (Obrigatória)
1º SEMESTRE	Sociedade, Cultura e Educação na Contemporaneidade	3	8	51	Obrigatória
	Leitura e Produção Textual	2	8	34	Obrigatória
	Psicologia, Cultura e Curso de Vida	2	8	34	Obrigatória
	Educação, Direitos Humanos e Políticas Públicas para a Diversidade	3	8	51	Obrigatória
	TOTAL	10	32h semanais		
	2º SEMESTRE	Métodos e Abordagens de Pesquisa em Educação	2	8	34
Educação Especial		2	8	34	Obrigatória
Educação, gênero, cultura e subjetividade		2	8	34	Obrigatória
Educação e Diversidade Sexual		2	8	34	Obrigatória
TOTAL		8	32h semanais		
3º SEMESTRE	Educação e Relações etnicorraciais	2	8	34	Obrigatória
	Formação, Currículo, Práticas Pedagógicas e Diversidades	3	8	51	Obrigatória
	Literatura, Discurso e Identidade	2	8	34	Obrigatória
	TOTAL	7	24h semanais		
4º SEMESTRE	Trabalho de Conclusão de Curso	3	3	51	Atividade Obrigatória
	TOTAL				476h

XIII. Infraestrutura existente (indicação de instalações, equipamentos, recursos bibliográficos e apoio técnico e administrativo disponíveis, identificando o que será utilizado para a proposta de curso)

Contando com uma infraestrutura adequada, a sede do CECULT abrangerá os cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* à medida que forem sendo implantados. Na sede dos programas de pós-graduação do CECULT, o Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, modalidade a distância, disporá de 1 (uma) sala de professores, 1 (uma) sala para grupos de pesquisa e de estudos, 1 (um) laboratório de pesquisa e leitura, 10 (dez) salas de aula, 1 (uma) biblioteca, 1 (uma) sala para a secretaria, 3 (três) gabinetes para orientação individual, 1 (uma) sala para defesa, 1 (um) auditório.

Todos os ambientes estão ligados à rede mundial de computadores (www) e contam com sistema de condicionamento de temperatura, acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção, além dos seguintes equipamentos:

- Sala de professores – espaço apto a comportar até 15 (quinze) professores;
- Sala para grupos de pesquisa e de estudos, dividida em dois ambientes
- Laboratório para pesquisa e leitura
- Salas de aula – ambientes equipados com o mobiliário necessário para as atividades de ensino, além de TV de quarenta (40) polegadas, caixa de som.
- Sala para atendimento externo – Anexa à secretaria, trata-se de espaço destinado ao atendimento de alunos e comunidade em geral. Conta com cadeiras para o público, balcão de atendimento e armário.
- Sala da secretaria – Sala destinada aos funcionários responsáveis pelo funcionamento administrativo da pós-graduação e atendimento externo.

Também cumpre ressaltar a parceria existente entre o CECULT/ UFRB e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, que tem viabilizado o uso do Teatro Dona Canô para a realização de uma série de atividades do Centro. Por meio de parcerias com entidades locais, o CECULT ainda tem realizado uma série de atividades na Casa do Samba, sede da Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia e do Solar Paraíso, um casarão de 350 anos de propriedade particular.

A UFRB dispõe de um Sistema de Bibliotecas, composto por 06 (seis) unidades, são elas:

- Biblioteca Universitária de Cruz das Almas – BC;
- Biblioteca De Cachoeira – CAHL;
- Biblioteca de Santo Antônio de Jesus – CCS;
- Biblioteca de Amargosa - CFP;
- Biblioteca de Santo Amaro da Purificação – CECULT;
- Biblioteca de Feira de Santana – CETENS.

As bibliotecas estão sediadas nos respectivos campi, são subordinadas administrativamente às respectivas Direções dos Centros de Ensino e ligadas tecnicamente à Coordenadoria de Informação e Documentação - CIDOC, órgão vinculado à Pró- Reitoria de Planejamento.

Além do serviço de empréstimo de livros e multimeios em domicílio (restrito à comunidade da UFRB), o Sistema de Bibliotecas da UFRB oferece outros serviços como: elaboração de fichas catalográficas, orientação ao uso do Portal de Periódicos da Capes, treinamento ao usuário, auxílio em pesquisa bibliográfica, disponibilização de TCC em base de dados (BDTCC) e Repositório Institucional (RI/UFRB), onde são disponibilizados teses, monografias, livros e outros materiais produzidos pela comunidade da UFRB.

Vale ressaltar que os discentes de um campus podem solicitar empréstimos de livros constantes no acervo da biblioteca de outro campus, em outra cidade, por meio da rede integrada de bibliotecas da UFRB. Assim, a presença física do discente na biblioteca setorial se torna dispensável, facilitando o fluxo dos livros disponíveis e o trânsito entre os campi.

A gestão dos serviços das bibliotecas se dá através do Software Pergamum, sistema informatizado de gerenciamento de Bibliotecas, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que contempla as principais funções de uma Biblioteca, gerenciando, de forma integrada, desde a aquisição até o empréstimo, relatório e outros. O sistema permite, também, a renovação e reserva de materiais on-line pelo usuário, que podem ser realizadas fora do ambiente da Biblioteca. Além do acervo físico, o sistema de Bibliotecas da UFRB possui acesso direto aos portais da CAPES.

O Portal de Periódicos da Capes oferece acesso a textos completos disponíveis em mais de 37 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e às diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas: Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Agrárias, Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra. Como já destacado, os alunos da UFRB podem contar com orientação de servidores do sistema de Bibliotecas da UFRB sobre o uso do acervo do Portal.

Ressalta-se ainda alguns indicadores relativos ao acervo e número de usuários do sistema de Bibliotecas da UFRB, relativos ao período de janeiro a novembro de 2016. Até 30 de novembro, a UFRB possuía 17.290 usuários inscritos no seu sistema de bibliotecas. Foram realizados 66.082 empréstimos no período, e 1.102.250 consultas no site. Em relação ao acervo, até novembro de 2016, era composto por 20.562 títulos e 139.309 exemplares, que atende as mais diversas áreas. O Núcleo de Biblioteca Setorial do CECULT presta serviços para comunidade acadêmica do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, atendendo o ensino, pesquisa e extensão e em consonância com os objetivos do Centro. O Núcleo está subordinado administrativamente à Direção do CECULT e, tecnicamente, responde às diretrizes e orientações da Coordenadoria de Informação e Documentação do Sistema de Bibliotecas da UFRB. A biblioteca do CECULT foi criada em março de 2013, possui um acervo específico na área de artes, humanidades e ciências sociais, aderente ao perfil dos cursos do CECULT.

XIV. Planilha orçamentária

O curso será financiado em termos de bolsas, diárias e verba de custeio pelo Edital CAPES/ UAB 05/2018 conforme o que se segue abaixo.

Cotas Bolsa/ Quantidade Total do Curso	Valor Individual	Valor Total
41 bolsas Professores	R\$ 1.850,00	R\$ 75.850,00
24 bolsas Coordenação de curso	R\$ 2.000,00	R\$ 48.000,00
144 bolsas tutor do curso	R\$ 1.100	R\$ 158.400,00
40 bolsas para orientadores	R\$ 1.850,00	R\$ 74.000,00

Verba de Custeio	Valor Individual	Valor Total
64 vídeo aulas (gravação)	R\$ 2.000,00	R\$128.000,00

Diárias	Valor Individual	Valor Total
50 diárias para acompanhamento por parte	R\$ 177,00	R\$8.850,00

dos tutores, professores das atividades presenciais; acompanhamento pedagógico por parte da coordenação de curso nos pólos; defesa dos TCCs		
---	--	--

XV. Recursos financeiros (existentes e a serem obtidos, explicitando se existe participação das agências de fomento)

Submissão da proposta do curso ao Edital CAPES/UAB 05/2018, visando a prospecção de recursos financeiros para a operacionalização do curso na modalidade a distância.

XVI. Corpo técnico administrativo

1 servidor técnico administrativo cedido pelo CECULT para apoiar o Curso.

XVII. Relação de professores com titulação, regime de trabalho e disciplina a ser ministrada. Anexar os respectivos *currículo vitae* e a comprovação da titulação acadêmica mais alta (dispensável para os membros de corpo docente permanente de curso de pós-graduação *Stricto Sensu* da UFRB).

Docente	Disciplinas a serem ministradas	Regime de Trabalho
Adriano Dantas de Oliveira	Leitura e Produção Textual Literatura, Discurso e Identidade Formação, Currículo, Práticas Pedagógicas e Diversidade	DE
Ana Maria de Oliveira Urpia	Educação, Gênero, Cultura e Subjetividade Psicologia, Cultura e Curso de Vida	DE
Anderson Rafael Siqueira Nascimento	Educação Especial	DE
Elga Lessa de Almeida	Educação e Relações Etnicorraciais	DE
Eniel do Espírito Santo	Sociedade, Cultura e Educação na Contemporaneidade Métodos e Abordagens de Pesquisa em Educação Trabalho de Conclusão de Curso	DE
Poliana da Silva Lima Andrade	Educação Especial	DE
Simone Brandão Souza	Educação e Diversidade Sexual	DE
Tatiana Polliana Pinto de Lima	Métodos e Abordagens de Pesquisa em Educação Formação, Currículo, Práticas Pedagógicas e Diversidade Educação e Relações Etnicorraciais Trabalho de Conclusão de Curso Educação, Direitos Humanos e Políticas Públicas para a Diversidade	DE

Sílvia Michele Lopes Macedo de Sá	Sociedade, Cultura e Educação na Contemporaneidade Formação, Currículo, Práticas Pedagógicas e Diversidade Educação e Relações Etnicorraciais	DE
Viviane Ramos de Freitas	Literatura, Discurso e Identidade Educação, Gênero, Cultura e Subjetividade	DE

XVIII. Anuência dos Centros quanto à participação de seu pessoal no curso e a declaração de cada docente comprometendo-se a preparar o material didático e ministrar a disciplina.

Em anexo

XIX. Regimento interno do curso

Em anexo.

ANEXO 1

MINUTA DE REGIMENTO CURSO *LATO SENSU* EDUCAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente Regulamento organiza e disciplina o funcionamento do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidades da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na modalidade EAD.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E DA ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Art. 2º - O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidades, na modalidade EAD, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia tem por finalidade a formação técnica, científica e profissional de portadores de diploma obtidos em cursos de graduação em licenciaturas diversas ou bacharelados afins reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

§1º O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidades possui cunho acadêmico.

§ 2º Na organização do curso Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidades serão observadas as disposições fixadas pelo Órgão Federal competente, e, na estrutura, as normas fixadas pelo estatuto e regimento geral da UFRB, pela Resolução que rege a Pós-graduação *Lato Sensu* na UFRB e por este Regimento.

CAPÍTULO III

DA EQUIPE DOCENTE

Art. 3º A equipe docente deverá ser constituída por professores e tutores com reconhecida capacidade técnico-profissional, com o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos professores possuindo o título de Mestre obtido em programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação. O corpo de tutores deverá ter formação em nível superior na área do curso e será constituído por docentes e técnicos da UFRB ou profissionais externos selecionados por edital.

§1º Excepcionalmente poderão lecionar no curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidades profissionais portadores de certificado de curso de Pós-graduação em nível de especialização, como dois anos de experiência em áreas específicas do curso. O número de docentes enquadrados neste parágrafo não podem ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do corpo docente.

§ 2º O corpo docente do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidades será constituído de mais de 50% (cinquenta por cento) de docentes da UFRB, mas, profissionais de outras instituições poderão integrar o mesmo.

Art. 4º Será assegurada ao docente a autonomia didática, nos termos da legislação vigente do Regimento Geral da UFRB e deste Regimento.

Art. 5º As atribuições da equipe docente são as seguintes:

§1º Constituem atribuições dos docentes atuantes nos cursos Lato Sensu da UFRB:

- a) Preparar ou elaborar, em tempo hábil, todo o material didático necessário para a ministração de seu componente curricular;
- b) Ministras as aulas teóricas e/ou práticas programadas para o curso;
- c) Destinar semanalmente tempo suficiente para o atendimento aos estudantes matriculados;
- d) Acompanhar, avaliar, registrar as notas e publicar o desempenho dos discentes no respectivo componente curricular;
- e) Desempenhar as demais atividades que sejam inerentes aos cursos, dentro dos dispositivos regimentais;
- f) Participar da orientação e da avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2º Constituem atribuições dos tutores atuantes nos cursos Lato Sensu da UFRB, na modalidade a distância:

- a) Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os discentes;
- b) Esclarecer dúvidas dos discentes em relação à aprendizagem, de forma articulada com o professor;
- c) Apoiar o professor no desenvolvimento das atividades de aprendizagem planejadas;
- d) Auxiliar nas atividades dos discentes;
- e) Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos discentes;
- f) Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento dos alunos e encaminhá-los à coordenação de tutoria da SEAD; participar do processo de avaliação do componente curricular, sob orientação do professor responsável;
- g) Manter a regularidade de acesso de forma síncrona e assíncrona no AVA e fornecer retorno às solicitações dos discentes;
- h) Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos Polos de EaD, quando for o caso;
- i) Possuir domínio satisfatório sobre os procedimentos acadêmicos da UFRB;
- j) Estimular a formação de grupos de aprendizagem colaborativa entre os discentes;
- k) Dialogar e trabalhar de forma integrada e colaborativa com a coordenação do Polo de EaD, com o assistente à docência (quando houver) e com os discentes;
- l) Acompanhar as atividades acadêmicas dos discentes, conforme o cronograma do componente curricular;
- m) Corrigir as atividades de aprendizagem e fornecer devolutivas ao discente, conforme delineado no Plano de Tutoria.

Art. 6º Haverá para cada discente do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidades 1 (um) orientador e, no máximo, 2 (dois) coorientadores a critério do orientador.

§1º O colegiado do curso designará o orientador, em consonância com a linha de pesquisa do docente.

§ 2º Casos de transferência de orientação de discentes para outros orientadores, somente poderão ocorrer respeitados os prazos e limites previamente estabelecidos neste Regimento e com a devida autorização do colegiado de curso.

Art. 7º Ao orientador compete:

- a) Definir, juntamente com o orientando, o tema do Trabalho de Conclusão de Curso;
- b) Orientar e acompanhar o seu orientando no preparo e na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso;
- c) Encaminhar o Trabalho de Conclusão de Curso ao colegiado do curso para as providências necessárias à defesa;
- d) Presidir a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso;
- e) Exercer as demais funções inerentes às atividades de orientação.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 8º A coordenação do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade caberá a um colegiado constituído de:

- a) 4 (quatro) representantes do corpo docente, eleitos diretamente pelos seus pares, sendo assim distribuídos: 1 (um) coordenador do curso; 1 (um) vice coordenador do curso; 2 (dois) representantes docentes.
- b) 1 (um) representante estudantil, eleitos diretamente pelos seus pares.

§1º A sessão de instalação do colegiado do curso antecederá o início de suas atividades e será presidida pelo Diretor do CECULT, sendo eleitos, na ocasião, o coordenador e o vice-coordenador.

§2º No prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes do início da matrícula dos discentes no curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, o Coordenador deverá enviar à SURAC a relação de discentes selecionados, informando também a data de início do curso.

Art. 9º O coordenador, o vice coordenador, o representante estudantil e os demais membros do colegiado do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade terão seus mandatos de duração igual às atividades do curso.

§1º Em caso do curso se tornar permanente o coordenador, o vice-coordenador, o representante estudantil e os demais membros do colegiado terão mandatos de 2 (dois) anos.

- a) As eleições subseqüentes para membros do colegiado do Curso de Pós- graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, caso o curso seja permanente, serão realizadas, em reunião, com a presença de, no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.
- b) Poderá haver recondução dos membros do colegiado, exceto dos representantes estudantis.
- c) Para os cargos de coordenador e vice coordenador é permitida apenas uma recondução.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO E DA COORDENAÇÃO

Art. 10º São atribuições do Colegiado do Curso:

- a) Organizar, orientar, fiscalizar e coordenar as atividades do curso;
- b) Propor quaisquer medidas julgadas úteis ao funcionamento do curso, conforme estabelece esse Regulamento;
- c) Promover o credenciamento de docentes com titulação de Mestre ou Superior, para os cursos *lato sensu* de caráter permanente;
- d) Propor à CPPG eventuais modificações ou reformulações do projeto do curso, ouvido (s) o (s) Centro (s) de Ensino envolvidos e a PPGCI;
- e) Comunicar a PPGCI e a CPPG quaisquer alterações no Colegiado do Curso;
- f) Eleger, no ato de sua instalação inicial, entre seus membros, o coordenador e o vice coordenador, em sessão presidida pelo Diretor do CECULT, em reunião com presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros do Colegiado de Curso;
- g) Proceder as eleições subseqüentes de Coordenador e Vice Coordenador, em reunião de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros do Colegiado de Curso;
- h) Deliberar sobre processos referentes a trancamento de matrícula dentro e fora do prazo e convalidação de créditos;
- i) Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes do Curso;
- j) Reformular o Regimento Interno do curso, submetendo-o à aprovação da CPPG, após a apreciação da PPGCI;
- k) Elaborar e encaminhar a PPGCI, ao final de cada turma, um relatório para apreciação;
- l) Desenvolver a avaliação didática e pedagógica do curso.

Art. 11º Compete ao Coordenador:

- a) Presidir as reuniões do Colegiado do Curso, nas quais terá, além do seu voto o de qualidade;
- b) Executar as deliberações do Colegiado e gerir as atividades do curso;
- c) Representar o Colegiado do Curso perante os demais órgãos da Universidade e outras instituições;
- d) Elaborar, no (s) prazo (s) previsto (s), relatórios das atividades do curso que será (ão) submetido (s) à apreciação do Colegiado, da PPGCI e da CPPG;
- e) No caso de curso permanente, convocar eleições para renovação do Colegiado e para a escolha da representação do corpo discente;
- f) Submeter à PPGCI o Edital de Abertura de Inscrição para Seleção de Candidatos ao Curso, segundo o que foi deliberado, para tal finalidade, pela CPPG;
- g) Comunicar ao órgão competente qualquer irregularidade no funcionamento do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade e solicitar as correções necessárias;
- h) Designar um relator ou comissão para estudo de matéria submetida ao colegiado;
- i) Articular com o CECULT e com outros órgãos envolvidos com o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade;
- j) Decidir sobre matéria de urgência *Ad referendum* do Colegiado de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade;
- k) Submeter relatório final do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade para o CECULT no prazo de 60 (sessenta) dias após o término do curso;

l) Garantir o cumprimento dos prazos previstos no Calendário Acadêmico.

Art. 12º Compete ao Vice coordenador substituir o Coordenador nos seus impedimentos ou afastamentos temporários ou definitivos.

§1º Na ausência ou impedimento do Vice Coordenador, compete ao membro docente do Colegiado com vínculo há mais tempo na UFRB, ou de maior idade, se houver empate.

Art. 13º O Coordenador deverá comunicar à PPGCI, à CPPG e ao Conselho do CECULT, qualquer alteração na composição do colegiado.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

Art. 14º O funcionamento do curso deverá ser objeto de avaliação e aprovação pelo Conselho do CECULT, PPGCI e deliberação pela CPPG;

a) Em caso de se tornar permanente, a avaliação será com base nos relatórios apresentados ao término de cada turma.

Art. 15º A CPPG poderá determinar a interrupção do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade caso o seu funcionamento não esteja sendo satisfatório, com base em:

- a) Solicitação de colegiado de curso;
- b) Recomendação da PPGCI;
- c) Deliberação própria.

CAPÍTULO VII

DA ADMISSÃO, MATRÍCULA, TRANCAMENTO E DESLIGAMENTO

Art. 16º A admissão para o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade ocorrerá mediante Edital de Seleção, publicado pela PPGCI, com inscrições de candidatos e ingresso dos aprovados por matrícula que será realizada de acordo com o Regimento Geral da UFRB e calendário acadêmico da Pós Graduação vigente no período.

Art. 17º As inscrições e o processo de seleção de candidatos serão de responsabilidade do colegiado, respeitando os critérios estabelecidos no Regimento Interno do Curso.

Art. 18º O processo seletivo será assim organizado:

- a) Duas etapas: 1 (uma) etapa de inscrição e 1 (uma) etapa de seleção.
- b) No ato da inscrição o candidato deverá:
 - I) Ter concluído o curso de Graduação e apresentar o Certificado de Conclusão ou Diploma.
 - II) Apresentar o Currículo Lattes atualizado nos 30 (trinta) dias que antecede à inscrição;

- III) Apresentar uma Carta de Intenção com no máximo 2 (duas) laudas em que pesem sua experiência acadêmica e/ou profissional na área de abrangência do curso ou áreas afins, os motivos de ordem profissional e intelectual que o levaram a candidatar-se e as possibilidades de aproveitamento do curso em sua área de atuação profissional, informando de que forma o curso poderá contribuir para o desenvolvimento das suas atividades.
- c) Na etapa de seleção serão considerados a entrega dos documentos homologados pela Comissão de Avaliação, o Currículo Lattes, a Carta de Intenção e a Entrevista.

Art. 19º O discente regularmente matriculado poderá, respeitando-se as datas estabelecidas no Calendário Acadêmico, solicitar o trancamento de matrícula em componentes curriculares, mediante justificativa e anuência do orientador e aprovação pelo Colegiado do Curso, somente nos casos de Cursos Permanentes.

Parágrafo Único: Caso o curso ainda não seja permanente, não é possível o trancamento de componentes curriculares por parte dos discentes.

Art. 20º A oferta de vagas, para cada nova turma do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, deverá ser aprovada pelo Colegiado do Curso, pelo Conselho do CECULT, e registrada na PPGCI que informará à SURAC para atualização do cadastro do Curso. O curso e os editais públicos dos processos seletivos vão seguir os normativos institucionais sobre reservas de vagas, conforme a resolução 33/2018 e resolução 02/2009.

CAPÍTULO VIII

DOS COMPONENTES CURRICULARES E OUTRAS ATIVIDADES

Art. 21º Os componentes curriculares do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade serão ministrados parte presencialmente (80%), parte à distância (20%)

Art. 22º Para concluir o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade o discente deverá cumprir todos os componentes curriculares elencados na estrutura curricular, os quais são de natureza obrigatória, elaborar e defender publicamente e presencialmente, um Trabalho de Conclusão de Curso em área de domínio do curso.

§1º Haverá três modalidades de Trabalho de Conclusão de Curso. O aluno poderá optar pela realização de uma monografia, um artigo científico ou um projeto de intervenção junto à instituições de educação escolares e não escolares. Todas deverão ser realizadas individualmente.

§2º A monografia e o artigo deverão ser elaborados a partir de uma problemática de pesquisa e um conjunto de referenciais teóricos. O artigo possuirá a extensão mínima de 35 mil e máxima de 45 mil caracteres, incluindo resumo, referências e notas de rodapé. A monografia terá extensão mínima de 30 páginas, incluindo resumo, referências e notas de rodapé. Tanto o artigo, quanto a monografia deverão conter: introdução, em que será apresentada a contextualização do problema de pesquisa, os objetivos e a importância da pesquisa; os métodos, tipos de pesquisa e instrumentos de coleta de dados; referencial

teórico; apresentação e análise dos dados; considerações finais.

§3º O projeto de intervenção junto às instituições de educação escolares ou não escolares prevê a realização de um projeto de intervenção o qual necessariamente deverá resultar na elaboração de um produto final. Esse projeto será acompanhado de um memorial. O memorial deverá conter: introdução, em que serão apresentadas as ações que levaram o estudante a propor o projeto de intervenção, a problemática encontrada que o motivou para a elaboração do projeto de intervenção, os objetivos e a importância do projeto de intervenção proposto; a descrição e a reflexão sobre o trabalho desenvolvido, apresentação dos dados coletados e reflexão sobre eles a partir de um referencial teórico; considerações finais.

§4º A Comissão Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso será composta por três membros, incluindo o orientador, um membro do curso e preferencialmente um membro externo ao Curso.

§5º Não será permitida a participação simultânea do Orientador e do Co Orientador nas comissões examinadoras de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso.

§6º O coorientador poderá substituir o Orientador caso necessário.

§7º Uma cópia da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser disponibilizada na biblioteca do CECULT e, no caso de trabalhos de inovação, o discente deverá apresentar uma declaração assinada pelo orientador, estando isento da publicação do trabalho por um período de 3 (três anos), podendo ser prorrogado.

CAPÍTULO IX

DA CREDITAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA

Art. 23º Cada unidade de crédito do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade corresponderá a 17 (dezessete) horas de aula teóricas e 34 (trinta e quatro) horas de aulas práticas, caso essas existam.

Art. 24º A carga horária do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade será de 476 (quatrocentos e setenta e seis) horas.

§1º O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade ofertará suas disciplinas ao longo de 3 (três) semestres consecutivos, ficando o 4º semestre exclusivamente para a elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 25º Os componentes curriculares de Pós Graduação cursados em outras instituições ou na própria UFRB poderão ser aceitos, mediante aprovação do Colegiado de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade.

§1º Os componentes curriculares mencionados no Caput deste artigo somente serão aceitos se tiverem sido cursados há até 5 (cinco) anos, a contar da data de matrícula do discente no curso *Lato Sensu*.

§2º Poderão ser aproveitados os componentes curriculares cuja carga horária seja equivalente ou superior a 75% do componente curricular a ser dispensado.

CAPÍTULO X

DA INSCRIÇÃO SEMESTRAL EM COMPONENTES CURRICULARES

Art. 26º Ao final de cada semestre, o discente deverá se matricular nos componentes curriculares.

Art. 27º É de responsabilidades do CECULT e do Colegiado de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade a oferta e a matrícula dos discentes nos componentes curriculares ofertados.

Art. 28º É obrigatória a matrícula semestral de todos os discentes vinculados ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade.

CAPÍTULO XI

DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 29º A avaliação da aprendizagem de cada componente curricular será feita por:

- a) Apuração das frequências às aulas ou atividades previstas;
- b) Atribuição de notas a trabalhos, exames, artigos, projetos.

Art. 30º Para avaliação de aprendizagem a que se refere ao item b do art. 29º ficam estabelecidas notas numéricas até uma casa decimal, obedecendo a uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

§1º A média de aprovação em cada componente curricular é 5,0 (Cinco);

§2º Será reprovado por falta o discente que não frequentar mais de 25% (Vinte e cinco por cento) de um componente curricular;

§3º Ao final do curso, o estudante deverá obter média ponderada das notas e creditação dos componentes curriculares cursados, igual ou superior à 6,0 (seis).

§4º Na avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso será atribuído ao discente o conceito aprovado ou reprovado.

§5º O candidato reprovado uma única vez em Trabalho de Conclusão de Curso terá oportunidade a uma nova defesa em data a ser fixada pela coordenação do curso em no máximo 60 dias.

Art. 31º Estará automaticamente desligado do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade o discente que se enquadrar em uma ou mais das seguintes situações:

- a) For reprovado mais de uma vez em um componente curricular;
- b) Não completar todos os requisitos do curso no prazo estabelecido;
- c) Ausentar-se, parcial ou totalmente, sem justificativas, nos períodos das atividades presenciais dos cursos em qualquer modalidade de oferta.

CAPÍTULO XII

DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

Art. 32º Dentro do prazo previsto pelo Calendário Acadêmico, o coordenador encaminhará à SURAC os boletins de presença e notas dos discentes.

Art. 33º O discente que concluir, com aprovação, todas as exigências estabelecidas neste Regimento e que tiver, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, fará jus ao Certificado de Especialista em Educação, Cultura e Diversidade.

§1º A relação dos discentes deverá ser encaminhada à SURAC, no máximo 30 (trinta) dias após o término do curso.

§2º Os certificados de conclusão de curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade deverá mencionar a área de conhecimento do curso, acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual devem constar obrigatoriamente:

- a) Relação dos componentes curriculares, carga horária, nota ou conceito obtido pelo discente;
- b) Período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;
- c) Título do Trabalho de Conclusão de Curso;
- d) Indicação do ato legal de credenciamento da instituição.

§3º Os certificados de conclusão do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade devem ter registro próprio na UFRB e terão validade nacional.

Art. 34º Cumpridas todas as exigências de aprovação nos componentes curriculares, o colegiado de curso deverá encaminhar o processo de Avaliação Curricular/ Confecção de Diploma à SURAC, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de entrega da documentação por parte do discente.

Art. 35º A solicitação para confecção de certificado deverá ser feita pelo discente no colegiado de Curso, mediante preenchimento de requerimento estabelecido pela UFRB e o Certificado deverá ser retirado na SURAC.

Art. 36º Os documentos que deverão constar no processo de confecção do diploma são:

- a) Formulário de informações para confecção de Diploma ou Certificado disponível na SURAC;
- b) Cópia do RG do discente;

- c) Ata da defesa do TCC;
- d) Pareceres de todos os examinadores da banca;
- e) Histórico Escolar do Discente;
- f) Encaminhamento do coordenador atestando a integralização curricular do discente.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 37º Os casos omissos serão objeto de deliberação do Colegiado do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação, Cultura e Diversidade, do plenário da CPPG, sendo submetidos à deliberação final do Conselho Acadêmico (CONAC), quando não houver unanimidade na decisão da Câmara.

Art. 38º O presente Regimento passa a vigorar a partir da sua aprovação pelas instâncias da UFRB e posterior publicação.

Santo Amaro, 05 de junho de 2025.

EMENTÁRIO

PPGECD – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE

SEMESTRE 01

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
- PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº Fls.
Rubrica:

Nome e código do componente curricular: Sociedade, Cultura e Educação na Contemporaneidade		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	
<p>Contextualização e compreensões socioantropológicas do conceito sociedade. Princípios e articulações entre Sociologia e/da Educação. Contextualização e compreensões socioantropológicas do conceito de cultura. Princípios e articulações entre Antropologia e/da Educação. Modernidade, pós-modernidade e contemporaneidade em perspectivas educacionais. Identidade, diversidade e diferença como pautas educacionais contemporâneas. Educação, Complexidade e perspectivas para uma formação planetária. Tecnologias emergentes no processo educativo contemporâneo.</p>			
Bibliografia Básica: <p>FREIRE, P. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i>. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)</p> <p>MORIN, E. <i>Os setes saberes necessários à educação do futuro</i>. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>ROCHA, G.; TOSTA, S. <i>Antropologia e Educação</i>. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção Tema & Educação;10)</p> <p>RODRIGUES, A. T. <i>Sociologia da Educação</i>. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.</p>			
Bibliografia Complementar: <p>ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. (orgs.) <i>Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola</i>. Campinas, São Paulo: Papirus, 2005.</p> <p>ALMEIDA, F. Q. de; GOMES, I. M.; BRACHT, V. <i>Bauman e a educação</i>. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.</p> <p>BRANDÃO, C. R. <i>A educação como cultura</i>. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2002.</p> <p>CANDAU, V. M.; MOREIRA, A. F.(orgs.) <i>Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas</i>. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.</p>			

FLEURI, R. M. (org.) *Educação intercultural*. Mediações necessárias. DP&A, 2003.

GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Questões da Nossa Época; v.5)

LARROSA, J.; SKLIAR, C. (orgs.) *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MAFRA, L. de A.; TURA, M. de L. R. (orgs.) *Sociologia para educadores 2: o debate sociológico da educação no século XX e as perspectivas atuais*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. (Ciências Sociais da Educação)

OLIVEIRA, I. B. de. *Boaventura e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SERRES, Michel. *Polegarzinha: uma nova forma de viver em harmonia, pensar as instituições, de ser e de saber*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2015.

SILVA, Séfora; MONTEIRO, Angélica; MOREIRA, J. Antônio (Organizadores). *Ensinar e aprender com tecnologias na era digital: um script de aportes teórico-práticos*. Santo Tirso/Portugal: Whitebooks, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
- PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº Fls.
Rubrica:

Nome e código do componente curricular: Leitura e Produção Textual		Centro: CECULT	Carga horária: 34h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	
Ementa: Conceitos de leitura e de texto. Modalidades e estratégias de leituras de textos acadêmicos. Gêneros e tipologias textuais. Fatores e Propriedades de textualidade. Produção de textos escritos coerentes, coesos e funcionais. Estratégias e problemas de argumentação. Textos acadêmicos: resenha, mapa conceitual, resumo, ensaio, artigo, pôster, memorial. Apresentação oral de textos acadêmicos: Seminário, Comunicação Oral. Normas técnicas para produção de textos acadêmicos e Normas da ABNT.			

Bibliografia Básica:

KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2007.
 CLAVER, R. Escrever sem doer: oficinas de redação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
 SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2007.

Bibliografia Complementar:

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
 CHALHUB, Samira. Funções da linguagem. 11. ed. São Paulo: Ática, 2003.
 FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.P. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
 FARACO, C.; TEZZA, C. Prática de texto para estudantes universitário. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
 FULGÊNCIO, L.; LIBERATO, Y. Como facilitar a leitura. São Paulo: Contexto, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 - PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº Fls.
 Rubrica:

Nome e código do componente curricular: Psicologia, Cultura e Curso de Vida		Centro: CECULT	Carga horária: 34h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	

Ementa:

Compreensões sócio-antropológicas do conceito de cultura: para além das dicotomias natureza/cultura, subjetividade/cultura e indivíduo/sociedade? Psicologia da cultura, psicologia na cultura, psicologia transcultural e psicologia cultural: a controversa relação entre a psicologia e o conceito antropológico de cultura. Sociedade, cultura e subjetividade: a sociedade e a cultura como constitutivas dos sujeitos. Os seres humanos como produtores e produtos do aparato sociocultural. A participação da religião na construção do mundo social em sua dimensão de realidade objetiva e subjetiva. A experiência religiosa. Self e Cultura na psicologia cultural de orientação semiótica. Psicologia, cultura e curso de vida: a produção sócio-histórica e cultural dos sujeitos e das idades/fases da vida: as infâncias, as juventudes, as vidas adultas e as velhices.

Bibliografia Básica:

AUGRAS, Monique. *Psicologia e Cultura: alteridade e dominação*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1995.
 BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Peter L. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*.
 BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma sociologia da religião*. São Paulo: Paulus, 2017.
 CORSARO, Willian A. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
 EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
 VALSINER, Jaan. *Fundamentos de uma psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Tradução e revisão técnica: Ana Cecília Sousa Bastos, Porto Alegre: Artmed, 2012.

Bibliografia Complementar:

DEBERT, Guita G. Envelhecimento e curso de vida. *Revista Estudos Feministas*, v.5, n.1, 1997, p.1-9.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; MASSIMI, Marina. *Psicologia, Cultura e História: perspectivas em diálogo*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

MAHFOUD, Miguel; MASSIMI, Marina. (2008). *A pessoa como sujeito da experiência: contribuições da fenomenologia*. Memorandu, v.1 4, 2008, p. 52-61 .

MAHFOUD, Miguel. *Experiência Elementar em Psicologia: aprendendo a reconhecer*. Belo Horizonte: Arte Sã, 2012.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Visão antropológica do envelhecimento. In: FREITAS, Elizabete Viana, PY Ligia; NÉRI Anita Liberalesso; CANÇADO, Flávio Aluizio Xavier; GORZONI, Milton Luiz; ROCHA, Sonia Maria da. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p. 78-82.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Revisitando o par relutante. In I. Alves et al. (Org.), *Travessias de gênero na perspectiva feminista* (pp. 169-181). Salvador: Edufba/NEIM, 2010.

INGOLD, Tim. Gente como a gente: o conceito de homem anatomicamente moderno. *Ponto Urbe*, n.9, 2011, p.1-24.

MULLER, Elaine. O conceito de transição e o curso de vida contemporâneo. *Revista Feminismos*, v.1, n.3, set/dez, 2013.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, n.2, 2008, p.1-11.

RIES, Julien. *O sagrado na história religiosa da humanidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SANCHIS, Pierre. Uma pretensa introdução à antropologia. *Teoria e Sociedade*, n.19, jan/jun, 2011, p.262-279.

SANCHIS, Pierre. *Cultura Brasileira e Religião: passado e atualidade*. *Cadernos CERU*, v.19, n.2, dez, 2008, pp. 72-92.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ZACHARIAS, José Jorge de Moraes. Ensaio sobre psicologia e religião: uma questão do olhar. *Psicólogo em Formação*, ano 14, n.14, jan/dez, 2010, p. 172-180.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
- PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº _____ Fls. _____
Rubrica: _____

Nome e código do componente curricular: Educação, Direitos Humanos e Políticas Públicas para a Diversidade		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	
Ementa: Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos. Reconhecimento intercultural e políticas públicas para a diversidade cultural. A escola e a diversidade cultural.			

Bibliografia Básica:

CANDAUI, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et ali. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**; São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). **Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia**; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um activista dos direitos humanos**. Coimbra: Ed. Almedina. 2013.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. **Revista de Educação**, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

CANDAUI, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

SEMESTRE 02

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
- PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº Fls.
Rubrica:

Nome e código do componente curricular: Métodos e Abordagens de Pesquisa em Educação		Centro: CECULT	Carga horária: 34h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	
Ementa: A ciência e a produção do conhecimento científico; a pesquisa científica em educação: abordagens, tipos, técnicas de coleta de dados e orientações metodológicas; o projeto de pesquisa; a comunicação científica; CEP (comitê de ética em pesquisa); normas e organização do texto científico (normas da ABNT).			

Bibliografia Básica:

DEMO, P. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba: IBPEX, 2005.

FIGUEIREDO, A. M. de; SOUZA, S. R. G. de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. 4. ed. -. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: E.P.U., 2013. 112 p. (Temas básicos de educação e ensino)

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. Rev. Ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

VELOSO, W. de P. **Como redigir trabalhos científicos: monografias, dissertações, teses e TCC**. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

Bibliografia Complementar:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4ª ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora. Coleção Ciências da Educação, 1994.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

SZYMANSKI, H. (Org.); ALMEIDA, L. R. de; PRANDINI, R. C. R. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. 4ª ed. Brasília: Líber Livros Editora. Série Pesquisa, v. 4, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2012.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007. (Série Pesquisa, v. 5)

Nome e código do componente curricular: Educação Especial		Centro: CECULT	Carga horária: 34h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	
Ementa: Fundamentos históricos e epistemológicos da Educação Especial e Inclusiva principalmente no contexto brasileiro. As políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na educação. Aspectos éticos e educacionais na inclusão de pessoas com deficiência na escola, na família e na comunidade. Questões didático-pedagógicas para inclusão de pessoas com deficiência.			
Bibliografia Básica: MANTOAN, M. T. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. (Org.). Caminhos pedagógicos da educação especial. Petrópolis: Vozes, 2004. MANTOAN, M. T. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006 PIMENTEL, Susana Couto. As práticas pedagógicas na atenção às necessidades educativas especiais dos alunos: uma análise a partir das teorias do currículo. In: Santos, Carneiro Marilda (Org.). Educação inclusiva em foco. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana. 2006 ROLDÃO, Maria do Céu. Diferenciação curricular e inclusão. In: Rodrigues, D. (Org.). Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003. SILVA FILHO, Raimundo Barbosa. Formação pedagógica de educadores da Educação Superior: Algumas implicações. Educação por Escrito, PUCRS, v. 4, n. 1, p. 28, jul. 2013.			
Bibliografia Complementar: BRASIL, Decreto nº 5626 de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.. Brasília 2005. BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília 2002. BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília 2015. BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília. 2009 BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação na Educação Básica. Brasília. 2001 BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação			

GOLDFELD, Marcia, **A Criança Surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2 ed. Editora Plexus, São Paulo, 2002. P 27-46.

FERNANDES, Sueli. **Avaliação em Língua Portuguesa Para Alunos Surdos**: Algumas Considerações. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2007.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola, 2012.
GOFFMAN, Erving. Estigma e identidade social. In: GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988. (pgs 11-50)

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional do Ministério da Justiça para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 1994

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
- PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº Fls.
Rubrica:

Nome e código do componente curricular: Educação, Gênero, Cultura e Subjetividade		Centro: CECULT	Carga horária: 34h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	
Ementa: O processo de construção histórica do conceito de gênero, seus usos e dilemas na teoria e na política feminista. Gênero e Cultura: gênero como construção social e como aparato semiótico-cultural. Gênero e suas interseccionalidades. O campo da educação, os estudos feministas e o conceito de gênero. Gênero, linguagens, identidades, currículo, formação e processos de subjetivação. Gênero, corpo, família, cultura escolar e processos de subjetivação. A produção das masculinidades e das feminilidades nos espaços de educação. Gênero, Experiência, Decolonialidade e Educação como prática libertadora.			
Bibliografia Básica: DE LAURETIS, Teresa. 'A Tecnologia do Gênero', in H. Buarque de Hollanda (ed.), Tendências e Impasses : O Feminismo como Crítica da Cultura (Rio de Janeiro: Rocco), 1994, pp. 206–42. BUTLER, Judith. Problemas de Gênero : feminismos e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir : a educação como prática da liberdade. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2013. MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. Do original em inglês: "Understanding sex and gender", in Tim Ingold (ed.), Companion Encyclopedia of Anthropology . Londres, Routledge, 1997, p. 813-830. Tradução de Júlio Assis Simões (exclusivamente para uso didático). LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação : Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.			
Bibliografia Complementar:			

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DE BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BAIROS, LUIZA. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n.2, 1995.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Revisitando o par relutante. In: ALVES, Ivya; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ e AQUINO, Silvia (Orgs.) **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p.127-140, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e Pensamento Feminista. **Mediações**: Londrina, v.20, n.2, p. 56-96, 2015.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 16, p. 193-210, jan.-abr. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero: Um Novo Paradigma? **Cadernos PAGU**. São Paulo: Ed. UNICAMP, p.107 - 125, 1998

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

WILLIAMS, Patrick (eds), **Colonial Discourse and Postcolonial Theory: A Reader**. London: Harvest Wheatsheaf, 1994, p. 196-220.

SARDENBERG, Cecília. M. B. Caleidoscópio de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**: Londrina, v.20, n.2, p. 56-96, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
- PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº _____ Fls. _____
Rubrica: _____

Nome e código do componente curricular: Educação e Diversidade Sexual		Centro: CECULT	Carga horária: 34h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	
Ementa: Diferenças, igualdade e desigualdade. Gêneros e sexualidades. Diversidade sexual e educação. Escola e violências. Políticas da diferença.			

Bibliografia Básica:

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
LOURO, Guacira. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, L. (Org.). a prática feminista e o conceito de gênero. *Textos didáticos*, n. 48, Campinas, IFCH-Unicamp, pp. 7-42, 2002.
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 02, n. 16, jul./dez., pp. 5-22, 1990.

Bibliografia Complementar:

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
FOUCAULT, Michel. “O dispositivo da sexualidade”. In: *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Edições Graal, 2011.

SEMESTRE 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
- PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº _____ Fls. _____
Rubrica: _____

Nome e código do componente curricular: Educação e relações etnicorraciais		Centro: CECULT	Carga horária: 34h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	
Ementa: Formação do povo brasileiro e suas singularidades etnicorraciais. Contextualização e problematização das relações etnicorraciais, e dos conceitos mobilizadores de raça e etnia. Educação, relações etnicorraciais, Lei nº 10.639/2003 e Lei Nº 11.645/2008. Princípios da educação antirracista.			

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal Nº. 10.639/03**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC, 2005.

CUNHA, M. C. da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DARCY, R. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FRAGA FILHO, W.; ALBUQUERQUE, W. R. de. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. **Lei n. 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

_____. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

FERNANDES, F.; BASTIDE, R. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1971.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende, etc. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACEDO DE SÁ, S. M. **A emergência da etnoaprendizagem no campo antropológico: uma investigação etnológica sobre a aprendizagem como experiência sociocultural**. Tese. Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em educação, UFBA, Salvador, 2013.

MUNANGA, K. **Algumas considerações sobre raça, ação afirmativa e identidade Negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/68/05-kabengele-munanga.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2008.

MUNANGA, K. (orgs.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, C. O. C. do; JESUS, R. de C. D. P. de.(orgs.) **Currículo e formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais**. Curitiba: Progressiva, 2010.

KELLY, R.; PALADINO, M. **A Lei nº. 11.645 e a visão dos professores do rio de janeiro sobre a**

temática indígena na escola. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000400897&lang=pt>. Acesso em: 19 de abril de 2018.

RAMOS, M. N.; ADÃO, J. M.; BARROS, G. M. N.(coordenação) **Diversidade na educação: reflexões e experiências.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

SILVA, A. L. da. A educação indígena entre diálogos interculturais e multidisciplinares: introdução. In: SILVA, A. L. da; FERREIRA, M. K. L.(orgs.) **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola.** 2 ed. São Paulo: Global, 2001. (Coleção antropologia e educação)

TASSINARI, A. M. I. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, A. L. da; FERREIRA, M. K. L.(orgs.) **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola.** 2 ed. São Paulo: Global, 2001. (Coleção antropologia e educação)

WILMA, N. B. C.; NICELMA, J. B. S. **A implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e o impacto na formação de professores.** Disponível em: <<https://educacaoemfoco.ufjf.emnuvens.com.br/edufoco/article/view/3191> >. Acesso em: 19 de abril de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 - PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº Fls.
 Rubrica:

Nome e código do componente curricular: Formação, currículo, práticas pedagógicas e diversidades		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	
Ementa: Formação, conceito, perspectivas de compreensão e político-pedagógicas. Currículo, campo, conceito e implicações político-pedagógicas. Currículo, experiências formativas e existenciais na diferença e para a diversidade. Etnocurrículo e etnoparendizagens. Práticas pedagógicas, multiculturalismo e diversidade. Currículo e sociedade: tensionamentos.			

Bibliografia Básica:

MACEDO DE SÁ, S. M.; MACEDO, R. S. *Etnocurrículo, Etnoaprendizagens: a educação referenciada na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

MACEDO, R. S. *Compreender e mediar a formação: o fundante da educação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

_____. *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. *Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercultural*. Brasília/Salvador: Liber Livro, EDUFBA, 2007.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M.(orgs.) *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar:

CHARLOT, B. *Da relação com o saber*. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: paz e Terra, 1997.

GOODSON, I. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.

JOSSO, M.-C. *Experiência de vida e formação*. Tradução de José Cláudio e Júlia Ferreira. Lisboa: EDUCA, 2002.

MACEDO, R. S. *A teoria etnoconstitutiva de currículo: teoria-ação e sistema curricular formacional*. Curitiba: CRV, 2016.

MOREIRA, A. F. Formação de professores na universidade e a qualidade da escola fundamental. In: Moreira, A. F. *Conhecimento educacional e formação do professor*. São Paulo: Papyrus, 1994.

MOREIRA, A.F.; MACEDO, E.F. Currículo, identidade e diferença. In: MOREIRA, A.F.; MACEDO, E.F. (orgs.), *Currículo, práticas pedagógicas e identidades*. Porto: Porto Editora, 2002.

NÓVOA, A. (org.) *Vida de professor*. Porto: Editora Porto, 1992.

SILVA, T.T. *Documentos de identidade: Uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Nome e código do componente curricular: Literatura, discurso e identidade: construções hegemônicas e diversidade		Centro: CECULT	Carga horária: 34h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	
Ementa: Relação entre poder e práticas educativas com textos. Literatura, educação e ideologia. Literatura e discurso. Construção de identidade como efeito de práticas e formações discursivas. Identidade e diferença. A relação entre as noções teóricas de sujeito, representação, discurso e identidade. Textos literários tradicionais e suas implicações discursivas. Literatura e práticas discursivas como produtoras de sentidos e inventoras de realidades.			
Bibliografia Básica: ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 22. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012. HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 103-133. VAN DIJK, Teun A. Semântica do discurso e ideologia. In. PEDRO, Emilia Ribeiro (Org). Análise Crítica do Discurso. Lisboa: Caminho, 1997.			
Bibliografia Complementar: ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos do estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. ARISTÓTELES. Retórica. Trad. Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 [s/d]. BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. 2. ed. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de Análise do Discurso. 2. ed. Coord. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo, Contexto, 2004			

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

SEMESTRE 04

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
- PROJETO PEDAGÓGICO -

Processo nº Fls.

Rubrica:

Nome e código do componente curricular: Trabalho de Conclusão de Curso		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos:	
Ementa: Redação científica. Elementos estruturantes da introdução, desenvolvimento e conclusão do trabalho de conclusão de curso. Normalização do trabalho científico. Plágio acadêmico. Publicação em anais e periódicos.			
Bibliografia Básica: CORDEIRO, G. S.; MOLINA, N. L. DIAS, V. F. Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos . 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2014. SANTOS, G. C. Percursos científico : guia prático para elaboração da normalização científica e orientação metodológica. Campinas: Arte Escrita, 2012. Disponível em: http://goo.gl/AVndiU Acesso em: 23 abril/2018. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.			
Bibliografia Complementar: CASARIN, H. C. S.; CASARIN, S. J. Pesquisa científica : da teoria à prática. Curitiba: Intersaberes, 2012.			

DEMO, P. **Metodologia de investigação em educação**. Curitiba: Ibpex, 2005.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 22. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SANTO, E. E. **Leitura e produção do texto acadêmico**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2016.

ROMANCINI, R. A praga do plágio acadêmico. **Revista Científica FAMEC/FAAC/FMI/FABRASP**, Ano 6, n. 6, 2007, p. 44-48. Disponível em: <https://goo.gl/4EAlbu> Acesso em: 02 abril/2018.